



DA MONTANTE À JUSANTE DO CONTRADITÓRIO MODELO PRÓ-ECONOMICISTA NO CERRADO GOIANO: O CASO DE RIO VERDE, GOIÁS

Valdir Specian

Fernando Uhlmann Soares

Thiago Rocha

RESUMO

Objetivou-se com este trabalho discutir a dicotomia socioeconômica no território das cidades de agricultura capitalista do Cerrado goiano. A partir de uma revisão de literatura e levantamento de diversos indicadores, foram abordadas as disparidades da montante à jusante do contraditório modelo pró-econômista no contexto do Sudoeste Goiano e, em particular, do município de Rio Verde.

Palavras-chave: Agronegócio; moradia; população; renda.

UPSTREAM TO DOWNSTREAM OF THE ADVERSE PRO-ECONOMIC MODEL IN THE SAVANA GOIANO: THE CASE OF RIO VERDE, GOIÁS

ABSTRACT

The aim of this work was to discuss the socioeconomic dichotomy in the territory of the cities of capitalist agriculture in the Cerrado of Goiás. Based on a literature review and survey of various indicators, disparities from up stream to down stream of the contradictory pro-economist model in the context of South west Goiás and, in special, in the municipality of Rio Verde, were addressed.

Key-words: Agribusiness; housing; population; income.

DESDE LA CUENCA ALTA HASTA LA CUENCA BAJA DEL MODELO PROECONÓMICO EN EL CERRADO GOIANO: EL CASO DE RIO VERDE, GOIÁS

RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue discutir la dicotomía socioeconómica en el territorio de las ciudades de la agricultura capitalista en el Cerrado de Goiás. A partir de una revisión de la literatura y un relevamiento de varios indicadores, se abordaron las disparidades desde la cuenca alta hasta la cuenca baja del modelo pro-economista contradictorio en el contexto del suroeste de Goiás y, en particular, del municipio de Río Verde.

Palabras clave: Agronegocios; vivienda; población; ingresos.

INTRODUÇÃO

Para Teixeira Neto (2017) qualquer análise do processo de ocupação do território goiano deve levar em consideração seu início com descoberta de ouro na capitania, no século XVIII, considerando que:

[...] em Goiás, qualquer abordagem histórica que se faça do território e de questões a ele inerentes – a terra e os homens, para resumir – começa com o ouro – e tudo o que ele criou de fato e de sonhos –, mas não termina com ele, pois, criar boi e plantar roça se constituiu na atividade permanente que deu continuidade ao processo de formação histórica, social e econômica do estado. O rápido esgotamento das minas impôs às pessoas que aqui permaneceram uma outra realidade bem mais difícil de ser enfrentada: o seu isolamento em um imenso território quase despovoado de uma Capitania encravada no coração do país e longe dos olhos da administração colonial (TEIXEIRA NETO, 2017, p.02).

A busca de ouro em Goiás se deu em consequência da Guerra dos Emboabas e pela necessidade de encontrar um caminho mais curto, por terra, entre as Minas de Cuiabá e Sede da Coroa e/ou Ouro Preto ao invés do longo caminho fluvial a partir do Rio Cuiabá (PALACIN, 1979; ESTEVAM, 1997). “Antes do descobrimento do ouro em Goiás inexistia modalidade produtiva no território que não fosse a dos silvícolas nativos. Mesmo as pequenas pastagens extensivas de gado surgiram com a mineração nos primeiros núcleos de assentamento.” (ESTEVAM, 1997, p.12).

Antes a chegada das bandeiras o território goiano era ocupado pelos índios, que foram rapidamente assassinados ou expulsos para regiões mais distantes pelos colonizadores. Arrais (2002, p.05) destaca que a primeira divisão regional do Estado de

Goiás foi “guiada pelas representações de um sertão distante, habitado por índios”. O autor afirma que após as “descobertas das minas de ouro essas representações mudam”, diferenciando as cidades onde ocorreram a atividade mineradora no sul em relação às do norte, permitindo que o “povoamento do estado ocorre de maneira desigual, seguindo, naturalmente o caminho do ouro”.

Na mesma linha Borges (2016) chama o processo e as relações socioeconômicas e políticas da ocupação do sertão goiano como Fazenda-roça goiana e descreve:

Após recortada e ampliada, entendemos que a Fazenda-roça goiana consiste na organização espacial que comandou Goiás por aproximadamente dois séculos, do final do século XVIII a meados do século XX. Essa organização representa a interação dos elementos internos e externos que de forma dialética a particulariza e a integra à condição espacial brasileira e mundial da época (BORGES, 2016, p.33 e 34).

Como destaca Borges (2007; 2016), a história de Goiás começa a mudar a partir de meados do século XX. Entre os fatores importantes para esse processo estão a construção de Brasília e a necessidade da modernização do território goiano transformando-o de uma “rentabilidade simples e lenta a uma rentabilidade liberal, inteligente, planejada”. Antes disso, no entanto, destacam-se ainda dois eventos importantes nas décadas de 1930/1940, a Marcha para Oeste e a construção da nova capital Goiânia (FREITAS E CHAVEIRO, 2011).

Na ânsia de inserir o Cerrado goiano no circuito da economia agropecuária de comódites e com a pretensa retirada de sua população de um isolamento irracional vivido até os anos 1950, começa a operar a ideologia que legitima a atuação do contraditório modelo produtivista agrário monopolista.

Com vistas à expansão da fronteira agrícola brasileira e, sobretudo, à apropriação por esta da região de planejamento do Sudoeste Goiano ou de parte dela representada pela microrregião do Sudoeste de Goiás, o governo Juscelino Kubistchek interliga essas regiões à capital nacional Brasília por meio da rodovia BR 060. Assim, o foco central deste trabalho está no município de Rio Verde que se tornou polo nacional da produção agropecuária de comódites e de modelo agroindustrial.

Tendo a força do capital transformado essas regiões de longínquos espaços inférteis e esparsamente ocupados a um dos principais centros de produção agropecuário e agroindustrial do país, o Cerrado sucumbe diante da instauração de um

modelo político-econômico conservador que afeta não somente o bioma mas, conseqüentemente, sua população e suas vidas. Nesse sentido Martins, et. al. (2016), assemelha os ciclos de constituição da atual estrutura territorial e econômica do Sudoeste Goiano à brasileira ao considerar que:

No sudoeste goiano, apesar da ocupação tardia, em relação aos grandes centros econômicos do país, não foi diferente. Esta acumulação de tempos pode ser percebida, por exemplo, na contraposição entre a modernidade agrícola, trazida pela Revolução Verde e pelo POLOCENTRO e as arcaicas relações políticas, ainda enraizadas na mesma estrutura paternalista do século XIX. (MARTINS, A. et. al. 2016, p. 32).

Assim, diante da intensa midiaticização pró-economicista que paira sobre o Cerrado e que o torna um território produtivista capitalista, fragmentado e desigual, Chaveiro e Marques (2015) consideram que é imperial expor, de forma crítica e ampliada, informações que mostrem os significados geopolíticos de sua ocupação descortinando “o modo pelo qual o Cerrado goiano participa da divisão social e internacional do trabalho”.

Por ser à sombra de todos estes contextos entrelaçados onde se (re)produz a vida humana e suas relações dialéticas dentro do território-bioma Cerrado, surge a inquietação e se propõe uma revisão bibliográfica para discutir, a partir da análise história, estrutural e de indicadores sociais, a real situação dicotômica que existe da montante à jusante desse modelo economicista de reflexos contundentes sobre sua população.

RIO VERDE E O SUDOESTE GOIANO

Apesar do processo de transformação na ocupação do território goiano ter iniciado com a instalação da estrada de ferro e a transferência da capital, até a década de 1970 Rio Verde manteve-se dentro da lógica inicial de ocupação do Sudoeste Goiano caracterizado pela pecuária de corte em grandes fazendas. Ab’Saber e Costa Júnior (1951, p. 43) em sua passagem pelo sudoeste goiano descreveu que parte das fazendas representavam o “habitat rural clássico do velho Goiás, com suas grandes fazendas de gado, pontilhadas de ‘retiros’, moradias de agregados, mangueirões, chiqueiros e paióis de milho”.

A partir de 1970 essa realidade começa a mudar de forma rápida, os investimentos realizados na construção da nova capital federal (1956) e abertura de estradas para acesso a essa capital transformam o “olhar” sobre o cerrado. Mendonça (2004) destaca a importância da construção de Brasília e introdução de eixos rodoviários ligando o Brasil a nova capital como um dos responsáveis pela ocupação do Sudoeste Goiano:

O rodoviarismo implementado a partir dos anos 1950, a construção de Brasília e os incentivos governamentais para a incorporação do centro-norte do país aos interesses do centro-sul promoveram intenso crescimento econômico do Sul Goiano (Sudeste e Sudoeste de Goiás), que passou a ser considerado um dos portais de entrada para as “novas terras a serem ocupadas e civilizadas” (MENDONÇA, 2004, p. 136).

O autor (Mendonça, 2004) segue destacando a nova posição do Sudoeste Goiano e de Goiás que passam a ser “laboratório para a implementação das inovações”:

A implementação das novas técnicas que eram efetivadas com a construção de Brasília e com o início da modernização da agricultura despertavam elogios e a certeza de que o progresso seria o propalador da civilização no sertão inóspito e rude (MENDONÇA, 2004, p. 136).

Os programas de investimento do Governo Federal Polocentro e Prodecet implantados, respectivamente, nos anos de 1975 e 1979, financiaram a modernização conservadora no Cerrado, sobretudo no Estado de Goiás e na sua região Sudoeste, abrindo uma nova fronteira agrícola:

Denomina-se fronteira agrícola moderna as áreas ocupadas, a partir da década de 1970, por monoculturas intensivas em capital e tecnologia, em substituição à vegetação original (principalmente de Cerrado), a culturas tradicionais (praticadas por camponeses e/ou agricultores familiares) e as áreas de pastagens extensivas (FREDERICO, 2011, p. 06).

Considerando que no Sudoeste Goiano essas séries de mudanças ocorreram em um curto espaço de tempo, iniciadas na década de 1970 e efetivando-se entre os anos de 1997 a 2008, quando se “instala na região o Complexo Agroindustrial (CAI), responsável por toda uma cadeia produtiva de grãos, aves e suínos, trabalhando através de um sistema integrado” (PIZARRO, 2017, pp. 03 e 04). O rápido processo de

transformação dos meios produtivos do Sudoeste Goiano provoca uma série de consequências para a população originária, sobretudo naquelas que viviam do campo.

Com a instalação da moderna agricultura, a lógica produtiva muda e as formas de ocupação do cerrado são ditadas pelo capital internacional, resultando na chamada “modernização conservadora” (MENDONÇA, 2004; TEIXEIRA-NETO, 2008):

A modernização do campo foi parcial e não poderia ser diferente, mas atingiu os objetivos propostos, assegurando novas formas de produção, incrementando a produção/productividade e a reprodução ampliada do capital. Qualquer atitude modernizante é por sua natureza excludente, pois é a materialização das condições desiguais de reprodução do capital. A modernização conservadora da agricultura foi a materialização mais expressiva do capital nas áreas de Cerrado e, é, na sua gênese, excludente, pois estava/está em acordo com a “opção brasileira” de crescimento econômico. É a face mais visível da modernização capitalista e é condição para a territorialização das empresas rurais e das agroindústrias que conformam o espaço geográfico (MENDONÇA, 2004, p. 166).

Para Teixeira Neto (2008, p. 10) essa modernização recebe o nome de conservadora, pois “não passou de uma artimanha do grande capital latifundiário para aniquilar de vez a pequena e média propriedade, de caráter essencialmente familiar.”

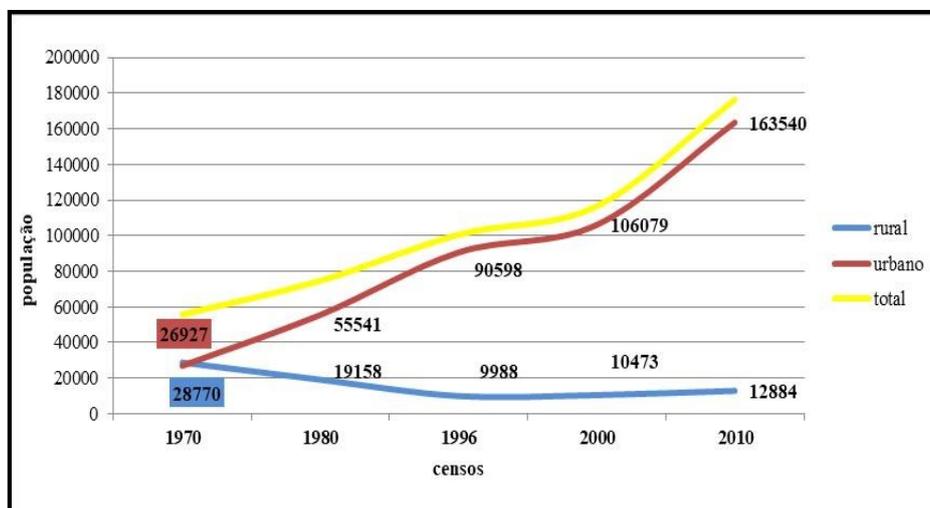
Para Silveira (2017, p. 74) em seu trabalho sobre a “centralidade de Rio Verde” aponta que a modernização da agricultura provoca a reorganização do espaço e citando Santos (1979) descreve o papel da população, antes rural, na formação de um circuito inferior nas cidades:

A produção agrícola na forma de monocultura, com o agravante da monopolização agroindustrial, expulsa o homem do campo para as periferias das cidades. Como a terra era o seu meio sobrevivência, através de uma agricultura de subsistência, tal situação o deixará na miséria. Por isso, precisa usar a força dos seus braços para conseguir pagar a moradia, a vestimenta e o alimento de cada dia, fato que propicia a canalização do seu dinheiro do circuito inferior para o superior, perpetuando a situação de pobreza (SILVEIRA, 2017, p. 74).

O primeiro reflexo da modernização da agricultura é a migração campo-cidade que ocorre em vários níveis, mas é caracterizado, sobretudo, pelo aumento da população nas cidades médias e grandes. Isso significa que pode ser registrado, também, na saída da população de pequenas cidades para centros maiores.

Na figura 1 é possível identificar a evolução da população rural e urbana do município de Rio Verde.

Figura 1 – Evolução da população rural e urbana do município de Rio Verde (1970/2010).



Fonte: IBGE, Censos demográficos. Org.: Elaborado pelos autores.

É possível perceber que o início dos anos 70 marca a mudança de uma cidade antes rural para outra urbana face à introdução da modernização conservadora do campo. Nas décadas adiante daquela, nota-se o aumento da população urbana e, nos fins dos anos 90 e início dos anos 2000, uma tendência mais forte de crescimento em virtude da instalação agroindustrial. Isso nos mostra que o fator preponderante para a migração que vai se avolumar é, sobremaneira, a migração do capital produtivo industrial na cidade.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NAS CIDADES DA AGRICULTURA CAPITALISTA MONOPOLISTA

O município de Rio Verde em apenas dez anos, entre 1970 e 1980, deixa ter a maioria de sua população morando zona rural. Essa e outras mudanças nas características de ocupação podem ser vista por diferentes ângulos, mas sobretudo nas condições de vida que os antigos camponeses passam a ter na cidade é imprescindível uma análise do processo dentro da lógica do sistema vigente.

Os autores Oliveira e Soares (2014, p. 4242) destacam que essas mudanças “retratam a nova divisão social e territorial do trabalho. No setor rural, gradativamente,

leis são implantadas, novos equipamentos são inseridos, novas funções surgem e o homem do campo vai sendo expulso para as cidades”.

Para Elias e Pequeno (2007) “no interior do Brasil são criadas e/ou reorganizadas cidades com processos urbanização e funções específicas que estão associadas a expansão do agronegócio – essas cidades são chamadas pelos autores como cidades do agronegócio”. Os mesmos autores destacam que as cidades passam a apresentar problemas e características das cidades periféricas de regiões metropolitanas:

[...] tudo isto vem se refletindo nas cidades do agronegócio, que passam a reproduzir os mesmos problemas urbanos das cidades maiores. Destacá-riamos: ausência ou insuficiência de infraestrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; disseminação de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infraestrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, dentre outros (ELIAS e PEQUENO, 2007, p. 31).

Nestas cidades do agronegócio, como Rio Verde, o capital globalizado e o estado passam a ter a função de reordenar a ocupação do território conforme as necessidades das empresas envolvidas no processo. Ao estado cabe a função de implementar as políticas de interesse das empresas (leis, financiamentos, estruturação fundiária etc.) (ELIAS, 2017, p. 4). A autora (opcit) destaca na mesma obra os principais agentes do agronegócio:

Como agentes principais do agronegócio globalizado temos as empresas, sejam agrícolas, agroindustriais, grandes corporações agroalimentares, agroquímicas, incluindo os principais agentes do capitalismo contemporâneo, ou seja, o capital financeiro através de vários de seus instrumentos, incluindo os fundos de investimentos, acirrando o processo de financeirização da agropecuária, que inclui a abertura de capitais de várias empresas do agronegócio na bolsa de valores. Faz-se mister destacar, também, que só é possível compreender a dinâmica de produção e acumulação do agronegócio globalizado englobando também os agentes que já atuavam no setor, tais como os proprietários de terra, os agricultores etc. (ELIAS, 2017, p. 4).

Dentro desse contexto e baseado nos ensinamentos de Oliveira (2007) sobre a inserção técnica e tecnológica para ampliação dos ganhos de produtividade e do lucro sobre a renda da terra que se entende o processo de desenvolvimento do modo

capitalista de produção monopolista associado ao setor agrário. De acordo com o professor:

Todos procuram de uma forma ou de outra, entender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista. Essa etapa, por sua vez, apresenta traços típicos como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária. Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo. (OLIVEIRA, 2007, p. 08).

Para Pizarro (2017, p. 100) “o Estado foi um dos responsáveis pela constituição dos CAIs (Complexos Agroindustriais)”, através do estado foram viabilizadas a “propagação de pacotes tecnológicos através da EMBRAPA e outras instituições públicas”.

No oeste baiano o processo de ocupação do cerrado seguiu a mesma lógica do Sudoeste Goiano, ou seja, uma modernização conservadora. Santos (2016, p. 14) destaca a formação de (novas) periferias na cidade de Barreiras:

A produção dessas periferias não se deve apenas aos migrantes descapitalizados que chegam à cidade como força de trabalho, ela é fruto também dos posseiros que perderam suas terras frente à implantação dos projetos da agricultura moderna e dos que foram impedidos de continuar utilizando as áreas de Cerrado para a pecuária extensiva (SANTOS, 2016, p. 14).

O mesmo processo é descrito para outros municípios do Centro-Oeste e Nordeste, sobretudo na região do MATOPIBA (FREDERICO, 2011; PEQUENO e ELIAS, 2015). O trabalho de Frederico (2011) apresenta uma série de indicadores sociais, apresentando a concentração de renda em algumas cidades do Estado de Mato Grosso.

A pesquisa de Pequeno e Elias (2015, p. 12) discute a moradia como fator primordial para analisar a organização do espaço nas cidades do agronegócio. Os autores definem a “sobreposição de três cidades nos espaços intraurbanos – a cidade produzida pelo mercado imobiliário; a cidade onde a moradia define-se pela autoconstrução e, por último, a cidade produzida pelas políticas pública de desenvolvimento urbano.” Assim, contrastam o déficit habitacional que expressa o

processo de exclusão da população na cidade de Luís Eduardo Magalhães que, em tese, “nasceu” para o agronegócio:

“Todavia, quando o número de famílias em situação de déficit habitacional urbano é confrontado ao total de domicílios vagos as condições desiguais de acesso à moradia ficam mais evidentes. Em LEM, por exemplo, eram 3.950 famílias sem moradia em 2010, enquanto a cidade possuía 3.119 domicílios vagos. Os dados mostram, então, que o número de domicílios vagos corresponde a cerca de 80% do déficit habitacional. Percentual praticamente idêntico era encontrado em Barreiras, que possuía 4.133 domicílios vagos e 5.277 famílias sem moradia (PEQUENO e ELIAS, 2015, p. 20).

A forma que os bairros estão distribuídos e a população assentada são marcas características da organização espacial nas cidades da agricultura capitalista monopolista. Por um lado, constrói-se nas cidades de agricultura capitalista monopolista, com maior população e economicamente mais ativas, um aparato típico das grandes cidades, como exemplo: segurança privada em ruas, shoppings e segregação socioeconômica representada pelos condomínios fechados. De outro lado, os bairros periféricos vão se constituindo em parte deste território como fruto do processo de exclusão dessas cidades de modernização conservadora vistas no elevado e mal distribuído Produto Interno Bruto (PIB), bem como precarização do trabalho de muitos nativos, mas principalmente dos migrantes.

O pesquisador Frederico (2011) destaca o processo de formação da pobreza e exclusão em cidades de mesmo modelo no interior do Mato Grosso:

“A ‘riqueza’ produzida pelo campo moderno eleva os índices sociais médios das cidades do agronegócio, mas mascara a amplitude do desvio padrão. Ao atrair profissionais qualificados e grandes produtores agrícolas, o IDH das cidades do agronegócio torna-se relativamente elevado, quando comparado aos índices das demais cidades de seus respectivos estados (FREDERICO, 2011, p. 19).

Ao analisar os dados da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso, o autor supracitado discute o exemplo de Diamantino (MT), cidade de agricultura monopolista capitalista instalada no centro do estado de Mato Grosso:

“Por exemplo, a cidade do agronegócio de Diamantino (MT) possui um PIB per capita de aproximadamente US\$ 25 mil, o que contrasta com a sua taxa de desemprego de 17%, para uma PEA de apenas 8 mil trabalhadores.

Dentre a população ocupada no município, 50% ganha menos de dois salários mínimos, valor bem abaixo da média anual do PIB per capita anteriormente mencionada (FREDERICO, 2011, p. 20)

Portanto, as realidades apresentadas por Frederico (2011), Pequeno e Elias (2015) e Santos (2016) são comumente reproduzidas nessas e nas outras cidades de agricultura capitalista monopolista instaladas e/ou reorganizadas onde antes existia o Cerrado.

Em situação análoga, mas voltada para a questão extrativista mineral, Gonçalves (2019) retrata o capitaloceno e seu processo necrocapitalista baseado na extração de commodities a partir da usurpação das terras e das pessoas pelos grandes grupos internacionais, explicando que:

[...]o capitaloceno implica processos econômicos, ambientais, políticos e sociais que dependem da transformação radical dos bens comuns naturais em commodities que movimentam as cadeias globais controladas por grandes corporações. Consequentemente, atividades extrativistas como os megaempreendimentos de mineração, responsáveis por desastres socioambientais como em Mariana/MG e Brumadinho/MG, evidenciam que para prover as escalas da acumulação capitalistas, os territórios e as formas tradicionais de organização da vida e do trabalho são pilhados e fraturados. (GONÇALVES, 2019)

Observa-se, assim, que à montante do caos produtivista rural, o elevado PIB é enaltecido pelos governantes e concentração de riqueza é glorificada nos padrões de vida burguês de uma pequena parcela da população que domina os meios de produção. À jusante desse caos, a precária distribuição de terras e de renda é garantia de bairros marginalizados nos quais estão concentrados a maior parcela da população, nativa ou não, que servirão de mão de obra precarizada aos patrões das opulentas cidades de agricultura capitalista monopolista.

INDICADORES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE E DO SUDOESTE GOIANO

A análise das pesquisas que discutem aspectos econômicos e sociais de Rio Verde e do Sudoeste Goiano convergem quanto aos resultados encontrados em estudos

voltados para outras cidades da agricultura capitalista monopolista instaladas no Cerrado brasileiro.

O professor e pesquisador Chaveiro (2011) ao analisar a rápida urbanização do bioma (território) do Cerrado destacou o que ele chama de espaços indomáveis e espaços deprimidos nas configurações urbanas que surgiram:

Os centros urbanos que crescem demasiadamente passam a sofrer os problemas advindos do crescimento, desde os ambientais passando pelos estruturais, como a dificuldade na oferta de emprego, de moradia, de transporte até os existenciais, como o medo e a violência. Vão se tornando espaços indomáveis. E as pequenas cidades, ao perderem a vitalidade social e econômica pelo balanço migratório negativo, tornam-se espaços deprimidos (CHAVEIRO, 2011, p. 29).

Já para Silveira (2016), o índice GINI do Sudoeste de Goiás apontou a seguinte preocupação:

Os dados revelam que os municípios do “Eixo da Produção Regional do Agronegócio”, local onde circula todo o dinheiro da microrregião do Sudoeste de Goiás, sempre tiveram os maiores índices de GINI. Essa situação mostra a perpetuação do fundamento histórico do capitalismo, que é a concentração da riqueza nas mãos de poucas pessoas. De modo contrário, os menores índices de Gini nesse período foram dos municípios com populações pequenas, o que não significa que há uma igualdade na distribuição da riqueza, mas uma igualdade na distribuição da pobreza. Por isso que a maioria dos cidadãos resolve migrar para os municípios polos, justificando o aprofundamento das desigualdades socioespaciais a partir da introdução do agronegócio na região (SILVEIRA, 2016, p. 206).

A população migrante atraída para as cidades do Sudoeste Goiano, seja dos municípios próximos ou de outras regiões do país, se inserem no circuito produtivo instalado onde nem sempre é possível encontrar emprego e manter a renda esperada, conforme Santana (2017):

Falando da legenda do Sudoeste Goiano, acrescenta-se, ainda, agravamento das desigualdades sociais em decorrência do predomínio do uso do trabalho temporário, dos efeitos deletérios do processo de concentração de terras, dos novos conteúdos que perpassam o processo de segregação socioespacial, sobretudo com o surgimento de novos bairros periféricos e/ou “alojamentos” ocupados por migrantes e trabalhadores temporários (SANTANA, 2017, p. 158).

Para Mendonça e Pelá (2011, p. 12) é possível “presenciar em cidades como Mineiros e Jataí uma enorme disparidade socioeconômica que antigamente era característica exclusiva das grandes metrópoles”. Diante deste contexto, reafirmam outros autores que abordam o mito da geração de empregos, pois ela “em grande escala, como comumente anunciada, é mais um dos inúmeros discursos que se cria para atrair mão-de-obra barata das áreas mais empobrecidas do país”.

A concentração da população nas áreas urbanas nas cidades de agricultura capitalista monopolista, como já destacado, é um ponto inicial para analisar a organização do espaço e ação dos gestores públicos no que tange a proposição de medidas orientadoras do crescimento das cidades e melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores.

Segundo Oliveira e Soares (2014) o incremento da população em Rio Verde foi proeminente entre 2000 e 2010:

A formação do agronegócio fortaleceu os setores secundários e terciários da economia regional/local e estimulou a imigração interestadual, atraídos pelo emprego nas agroindústrias. Uma parcela originada dos estados da região Nordeste e outra parcela do Sudeste e Sul. Em apenas uma década, 2000/2010, houve um crescimento urbano de 57 mil habitantes, sem considerar migração pendular que outras pequenas cidades da região mantêm com Rio Verde [...] como se estrutura o espaço urbano habitacional de Rio Verde? As famílias excluídas do “sucesso” do agronegócio dividem o mesmo espaço de moradia? Quais as formas de moradias e quais agentes estão envolvidos nesse processo? (OLIVEIRA E SOARES, 2014, p. 4242).

A resposta à indagação dos autores mencionados é apresentada através dos dados obtidos, pois os resultados são semelhantes aos encontrados por Pequeno e Elias (2015) para a cidade de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia.

Destaca-se que em Rio Verde foram implantados 48 novos bairros entre os anos de 2000 e 2012, sendo 32 apenas entre 2000 e 2006 (OLIVEIRA e SOARES, 2014).

Em 2000 o Censo Demográfico revelou um total de 29.735 domicílios particulares permanentes no setor urbano, sendo que, 19.245 eram próprios e 7.825 eram alugados. Uma década depois, o Censo contabilizou 51.407 domicílios particulares permanentes, elevando para 31.776 domicílios de caráter próprio e outros 17.600 de aluguel (OLIVEIRA e SOARES, 2014, p. 4244)

Se considerarmos a estrutura de atendimentos a estes domicílios, outros dados podem ser alocados na discussão. A tabela 1 mostra que as ligações de esgoto ainda não atingem a maioria dos domicílios, em relação à rede de água a rede de esgoto serve apenas a 57% da população de Rio Verde (IMB, 2018).

Tabela 1 – Total de ligações de água e esgoto na Cidade de Rio Verde – GO

RIO VERDE	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ligação de Água	53.855	56.604	59.730	62.188	64.015	65.919
Ligação de Esgoto	25.698	26.545	28.838	30.388	33.421	37.904

Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB, 2018). Org.: Elaborado pelos autores.

De acordo com a tabela, houve um aumento de 22,4% no número de ligações de água. Já para a ligação de esgoto o aumento foi de 47,5. A partir dos cinco anos analisados de dados é possível inferir, sobretudo, que está ocorrendo um acelerado processo de urbanização. Uma vez que não há contemplação de todos os municípios com esgotamento sanitário, significa que existe a necessidade de uma intervenção mais pontual com política pública mais efetiva para esses bairros e população.

A lógica de formação do espaço urbano nas cidades é conduzida para criação de manchas vazias de especulação imobiliária e a instalação de bairros pobres distantes das áreas centrais. Além disso Santana (2017) destaca outras implicações deste processo:

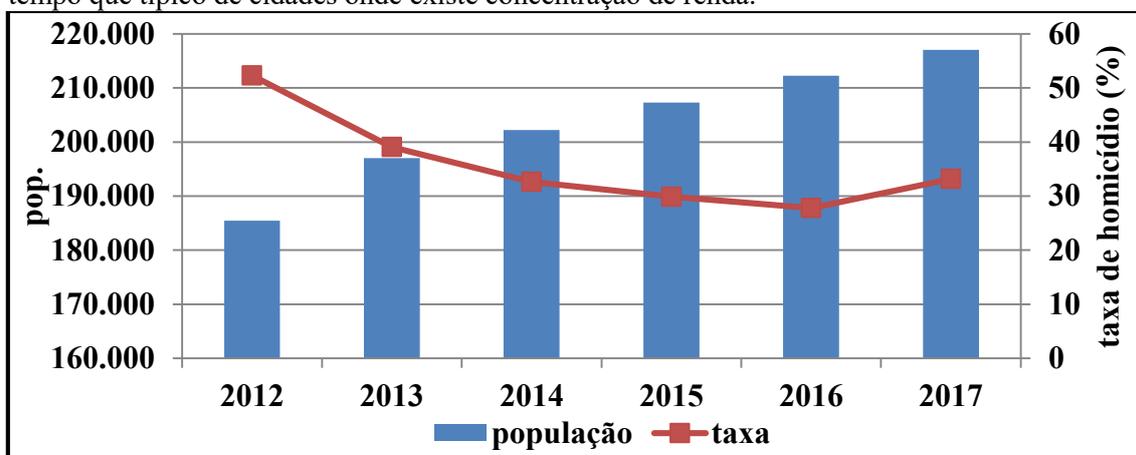
Outra implicação territorial da BR-060 e reveladora da dialética contraditória dessa rede técnica nas cidades do Sudoeste Goiano refere-se à renda da terra. Ao proporcionar a expansão espacial de setores produtivos do capital hegemônico como o agronegócio em determinada região, fomentando a fluidez de mercadorias, pessoas e informações, os negócios fundiários tendem a ser incrementados. Conseqüentemente, há rebatimentos no aumento da renda da terra e da especulação fundiária local e regional. Emergem novos loteamentos e aprofunda-se o processo de segregação socioespacial ao excluir a classe trabalhadora da ação pública ou privada de gestão do território (SANTANA, 2017, p. 176).

Do ponto de vista da segurança pública rioverdense, a taxa de homicídios registrados em Rio Verde e disponível no IMB (2018), demonstra o elevado percentual.

Como até a metade do ano de 2016, ou seja, até o golpe que ocasionou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, existiam políticas do governo federal de cunho progressista e assistencial para a população menos favorecida economicamente e proteção dos direitos dos trabalhadores, observa-se um declínio da taxa de homicídios.

Não obstante, verifica-se na figura 2 um aumento da taxa de homicídios a partir desse ano de 2016 que é quando acontece a entrada de um modelo político neoliberal que protegeu apenas os lucros do grande produtor rural e seus segmentos em detrimento dos trabalhadores rurais. Isso se verifica a partir de um novo contexto político de retirada de direitos de trabalhadores e de exclusão social típico de cidades onde existe concentração de terra e renda.

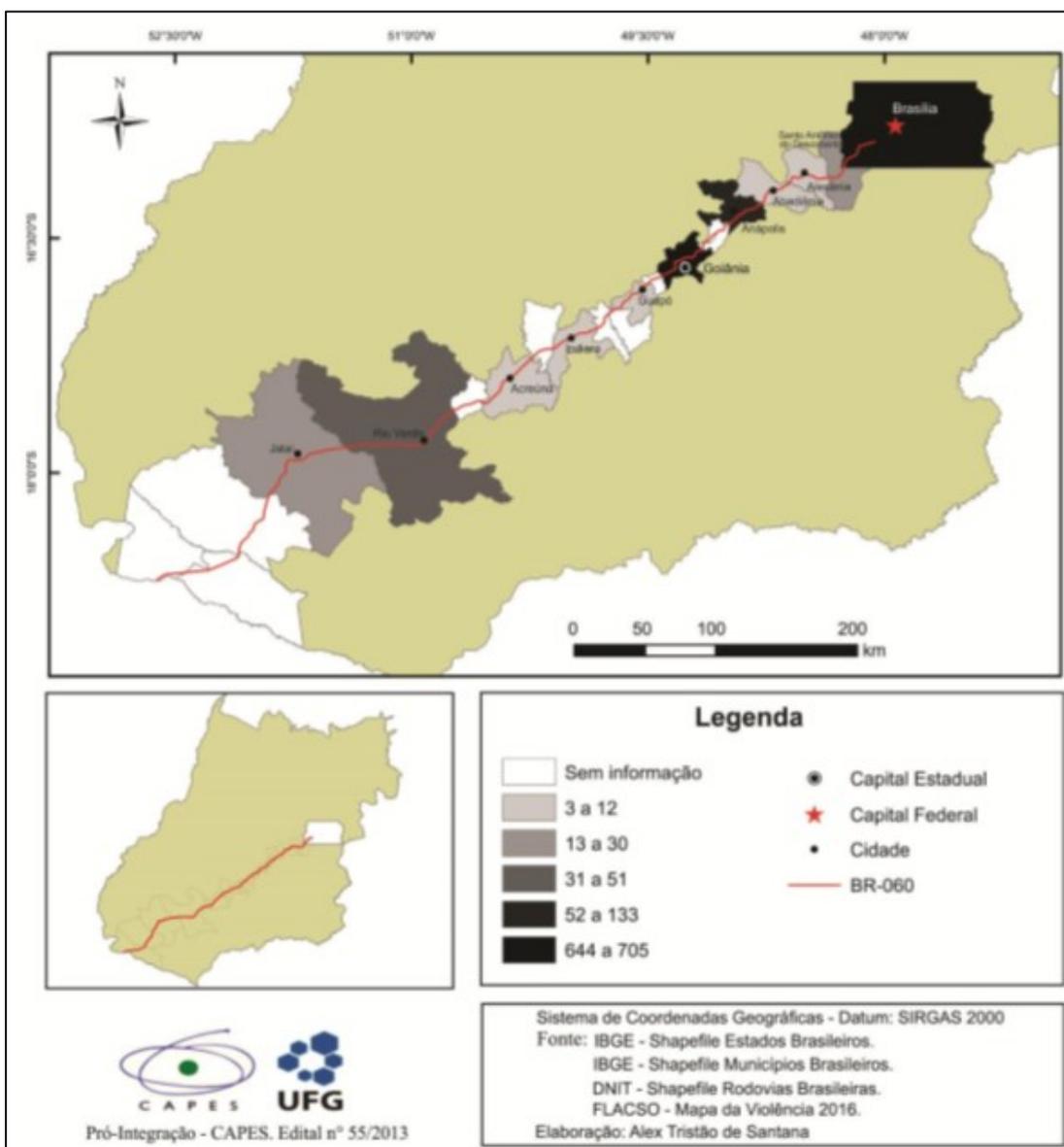
Figura 2 – Taxa de homicídios para Cidade de Rio Verde, de 2012 a 2017. mas que ao mesmo tempo que típico de cidades onde existe concentração de renda.



Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB, 2018). Org.: Elaborado pelos autores.

Para auxiliar na exemplificação, recorre-se a Santana (2017) que apresenta, figura 3, um mapa com os números de homicídios ao longo do eixo da BR-060 e em relação aos municípios com população acima de 10 mil habitantes para o ano de 2014.

Figura 3 – Taxa de homicídios por arma de fogo no eixo da Rodovia BR-060 no ano de 2014.



Fonte: Santana (2017, p. 250).

Outros dados de Rio Verde são importantes de serem analisados. De acordo com Lopes (2018) o município de Rio Verde é destaque nacional em alguns indicadores sócio econômicos:

Segundo dados do PIB Municipal 2015, o município possui o terceiro maior valor adicionado agropecuário do país. Esse bom resultado reflete na geração de empregos formais, de forma que Rio Verde é o maior empregador formal na atividade de soja e na criação de gado em Goiás (LOPES, 2018 – p. 3).

Os dados do IBGE (2018) revelam outras características da renda e geração de emprego em Rio Verde:

Em 2015, o salário médio mensal era de 2.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 21 de 246 e 19 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 460 de 5570 e 681 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30% da população nessas condições, o que o colocava na posição 224 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 4669 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Se contrapusermos os dados da geração de emprego apresentados com os dados do IMB (LOPES, 2018) que mostra que Rio Verde é o maior empregador formal na atividade de soja (...), principal produto do PIB do município com os dados de salários apresentados pelo IBGE (2018), conclui-se que, conforme já descrito, que Rio Verde, assim como outras cidades da agricultura capitalista monopolista, não promovem distribuição de renda, explicando a lógica de organização do espaço nas áreas urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão discutida fica evidente a existência de uma clara dicotomia socioeconômica nas cidades em que foi inserida a agricultura capitalista monopolista.

Do lado economicamente mais alto, à montante, a apropriação de grandes propriedades rurais de formas muitas vezes duvidosa que geram acúmulo de riquezas nas mãos de grandes empresários externos ou de poucos habitantes locais.

Do lado mais baixo e, portanto, denominado jusante a supressão de direitos e à contínua exploração da mão de obra da classe trabalhadora nativa ou migrante que devido a sua baixa renda e poder aquisitivo estão submetidas a um processo de exclusão ou marginalização.

Os vários indicadores econômicos realçados demonstram, por exemplo, uma falsa riqueza urbana gerada pela concentração de renda de alguns e que dessa forma promove uma supervalorização de imóveis fazendo com que parte da população tenha dificuldade em adquirir sua moradia própria.

Assim, o artigo contribui para a discussão de que as cidades de agricultura capitalista monopolista são capazes de gerar e concentrar riquezas ao mesmo tempo em que produz bolsões de pobreza representados na formação de uma população urbana

com baixos níveis de renda, elevada violência e precarização das condições de moradia, trabalho e infraestrutura.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A.; COSTA JÚNIOR. Paisagens rurais do sudoeste goiano, entre Itumbiara e Jataí. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 7, p. 38-63, 1951.

ARRAIS, T. P. A. Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões. In: ALMEIDA, M. G. (ORG.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: UFG, 2002. p. 147 – 176.

_____. O Território Goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. **Anais...**, 2007. p. 1 – 21.

BORGES, J. C. P. **O Estado e as políticas públicas: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais – UFG, Goiânia, 2007.

_____. **FAZENDA-ROÇA GOIANA: matriz espacial do território e do sertanejo goiano**. Goiânia. 2016. 195 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais – UFG, Goiânia, 2016.

CHAVEIRO, E. F. A Urbanização do Cerrado: espaços indomáveis espaços deprimidos. **Revista UFG: Universidade Federal de Goiás**. Goiânia, v. 12, n 09, pp. 26 – 30, 2010.

CHAVEIRO, E. F.; MARQUES, A. C. O. O mundo do Cerrado goiano: conflitos territoriais e disputas de imagens. In: SANTOS, R. S.; LIRA, E. R.; CALAÇA, M.; CHAVEIRO, E. F. (ORG.). **Território e diversidade territorial no Cerrado: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais**. Goiânia: Kelps, 2015. p. 45 – 61.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. In. ENANPUR, 17., São Paulo. **Anais...**, 2017. p. 1 – 16.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 1, pp. 25 – 39, 2007.

ESTEVAM, L. A. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Campinas. 1997. 203 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia – UNICAMP, Campinas, 1997

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, pp. 5-23, jan./jul., 2011.

FREITAS, W. D.; CHAVEIRO, E. F. Cerrado: modernização e ocupação a partir da localidade. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica. Número especial EGAL - 2011. pp. 1 – 16, 2011

GONÇALVES, R. J. A. F. **Capitaloceno e a fratura da natureza: mineração em grande escala e as barragens de rejeitos em Goiás, Brasil**. In: Territorial - Caderno Eletrônico de Textos, vol. 9, nº. 11, 17 de fevereiro de 2019.

IBGE. **Cidades** (2018). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/rio-verde/panorama>. Acesso em: 09 jun. 2018.

LOPES, J. D. Agronegócio Goiano. **IMB** (informe técnico). Goiânia, nº 3, p. 9, 2018.

MARTINS, A. P.; SCOPEL, I.; SOUSA, M. S.; PEIXINHO, D.M.. Uso da terra e cobertura vegetal de 1985 a 2015 no Sudoeste de Goiás e relações com o meio físico. In.: PEIXINHO, D. M.; SOUSA, M S. (ORG.). **Reconfiguração do Cerrado: uso, conflitos e impactos ambientais**. Goiânia: UFG, 2016. p. 11 – 34.

MENDONÇA, M. R. **A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Presidente Prudente. 2004. 458 f. Tese (Doutoramento em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. R.; PELÁ, M. O Cerrado Goiano Numa Encruzilhada de Tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica. Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011, pp. 01 - 18

OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, B. S.; SOARES, Beatriz R. Desigualdades Socioespaciais em Cidades Médias do Agronegócio. In: VI Congresso iberoamericano de estudios territoriales y ambientales, 06.; 2013, São Paulo. **Anais...** 2014. p. 4237-4254.

PALACIN, L. **O Século do ouro em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1979

PEQUENO, R.; ELIAS, D. (RE) Estruturação Urbana e Desigualdades Socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. **GEOgraphi**: Universidade Federal Fluminense, Niterói, ano 17, n. 35 – Dossiê – 2015, pp. 10 – 39, 2015.

PIZARRO. R. E. C. **O agronegócio e a produção do espaço da região de planejamento sudoeste goiano**. 2017. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANTANA, A. T. **“Artérias” do Cerrado Desigual: a Rodovia BR-060 na dinâmica territorial de Goiás**. 2017. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais – UFG, Goiânia, 2017

SANTOS, C. D. **Difusão do Agronegócio e Reestruturação Urbano-Regional no Oeste baiano**. 2016. 450 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2016

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979

SANTOS, R.C. E. A Apropriação do Cerrado Baiano pelo Agronegócio: novos usos do território e as mudanças socioeconômicas e socioespaciais. **Geografia, Ensino e Pesquisa**: UFSM, Santa Maria – Rio Grande do Sul, vol. 20, n. 3, pp. 08-17, 2016

SILVEIRA, M. R. **A dinâmica do agronegócio no Estado de Goiás e a centralidade do Município de Rio Verde**. 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TEIXEIRA NETO, A. Pequena história da agropecuária goiana (o ouro acabou? Viva o boi!/o ouro se foi? Chegou o boi!). **Observatório geográfico**, 2008.

_____. **Dinâmicas Territoriais Antigas e Modernas**. 2017 (Palestra). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – UFG, Goiânia, 2017.

Valdir Specian

Professor da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Iporá. Membro do Laboratório de Estudos do Ambiente e do Território (LEAT/UEG). Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Jataí – UFJ. e-mail: vspecian@gmail.com

Fernando Uhlmann Soares

Professor do Instituto Federal Goiano – Câmpus de Rio Verde. Coordenador do Laboratório de Inteligência Geográfica (LABIG). Doutor em Geografia (UFG-regional Jataí). e-mail: fernando.soares@ifgoiano.edu.br

Thiago Rocha

Professor de Geografia da Rede Estadual de Goiás. Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Jataí – UFJ. e-mail: thiagogeolrocha@gmail.com

Artigo recebido em 03/11/2021 e aceito em 11/11/2021